

**LEI Nº 3127**

-

**11 DE DEZEMBRO DE 2002**

Dá nova redação aos artigos 2º, 7º e parágrafo único, artigo 23, com a inclusão de parágrafos 1º, 2º e 3º, 24, e “caput” do 25, inclusão dos incisos VI, VII e VIII ao artigo 6º, da Lei nº 2445 de 10 de novembro de 1993, que dispõe sobre a criação e implantação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ÉLZIO STELATO JUNIOR, Prefeito Municipal de Dracena, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Artigo 1º** - O artigo 2º da Lei nº 2445/93 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.”

**Artigo 2º** - Fica incluído ao artigo 6º da Lei nº 2.445/93, os incisos VI, VII e VIII, com a seguinte redação:

“Artigo 6º - .....

VI – Noções de Informática

VII – Comprovante de conclusão do Ensino Médio

VIII – Habilitação para condução de veículos.”

**Artigo 3º** - O artigo 7º da Lei nº 2.445/93 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 7º - Os conselheiros serão eleitos por um representante de Entidades Governamentais e Não Governamentais, Escolas, Associações de Pais e Mestres, Creches, Associações de Bairros, Clubes de Serviços, Escola de Pais do Brasil e demais segmentos da sociedade civil organizada, discriminadas na relação em anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, previamente indicados ao COMDICA, que formarão o colegiado de eleitores.

Parágrafo único - Os candidatos inscritos, bem como os membros do COMDICA e da Comissão Eleitoral não terão direito a VOTO.”

**Artigo 4º** - O artigo 23 da Lei nº 2445/93, com a inclusão dos parágrafos 1º, 2º e 3º, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 23 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá o competente Edital convocando a Eleição dos membros do Conselho Tutelar, do qual constará: o prazo para a inscrição dos candidatos; prazo para impugnação de candidatura; prazo para recursos e data, horário e local da eleição.

§ 1º - A Eleição se realizará por voto individual, facultativo, direto e secreto, através de cédula eleitoral contendo o nome de todos os candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Cada eleitor poderá votar em até 05 (cinco) candidatos.

§ 3º - A apuração se fará imediatamente após o encerramento da eleição, que será presidida pelo Presidente do COMDICA.”

**Artigo 5º** - O artigo 24 seu parágrafo único da Lei nº 2.445/93 passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 24 - Somente participarão da eleição os candidatos cujas inscrições forem deferidas pelo C.M.D.C.A.

Parágrafo Único - Em caso de empate, os critérios de desempate serão:-

I - maior idade

II - maior número de filhos

III - maior tempo de experiência no trato com crianças e adolescentes.”

**Artigo 6º** - O “caput” do Artigo 25 da Lei nº 2445/93 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 25 - O mandato dos conselheiros eleitos será de 03 (três) anos, permitida uma única recondução, através de eleição, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abrevie ou prorrogue esse período.”

**Artigo 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**LEI N° 3127**

-

**11 DE DEZEMBRO DE 2002**

- Fls. 02 -

Gabinete do Prefeito Municipal  
Dracena, 11 de dezembro de 2002

ÉLZIO STELATO JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação no lugar público  
do costume desta Prefeitura e na imprensa local.

Dracena, data supra.

DOUGLAS MANFRÉ  
Secretário de Administração e Governo

**CM n.º 119/2002**